

**PROJETO DE LEI Nº. 005/2015, DE 28 DE JANEIRO DE 2015.**

**“DISPÕE SOBRE A CONSTRUÇÃO DE MUROS, CALÇADAS E LIMPEZA DOS IMÓVEIS SITUADOS EM ZONA URBANA DO MUNICÍPIO DE TARUMÃ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.**

**JAIRO DA COSTA E SILVA, PREFEITO MUNICIPAL DE TARUMÃ, ESTADO DE SÃO PAULO, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI.**

**FAZ SABER, que a Câmara Municipal de Tarumã, Estado de São Paulo aprovou, e ele sanciona e promulga a seguinte LEI:**

**CAPÍTULO I  
SEÇÃO I  
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 1º** - Os terrenos não edificados, situados na zona urbana do Município de Tarumã, com frente para vias ou logradouros públicos dotados de calçamento ou guias e sarjetas, deverão ser, obrigatoriamente:

I - fechados nos respectivos alinhamentos, com muros ou muretas construídos segundo especificações fixadas em Regulamento;

II - mantidos limpos e capinados.

Parágrafo único - O disposto no presente artigo aplica-se à reconstrução de muros e muretas, quando seriamente danificados.

**Art. 2º** - Os proprietários de imóveis edificados ou não, situados em zona urbana do Município de Tarumã, em vias ou logradouros públicos dotados de calçamento, ou guias e sarjetas são obrigados a construir os respectivos passeios, segundo especificações fixadas em Regulamento.

Parágrafo único - Os proprietários de imóveis edificados ou não, a que se refere este artigo, ficam obrigados, em decorrência do advento de águas pluviais, a reter no seu interior todo o acúmulo de terras, de modo a permitir que estes não ingressem nos passeios e vias públicas.

**Art. 3º** - Nas vias públicas, da zona urbana, em que haja lotes não edificados, inexistindo calçamento, guias e sarjetas, ficam os proprietários desses imóveis obrigados a mantê-los limpos e capinados, sob pena de aplicação de multa.

**Art. 4º** - São responsáveis pelas obras e serviços de que trata o presente Capítulo:

I - o proprietário do imóvel, titular de seu domínio útil, ou o seu possuidor a qualquer título;

II - o concessionário de serviço público, se resultante de danos provocados pela execução dos serviços concedidos.

**Art. 5º** - Para os imóveis localizados em vias recém pavimentadas, a notificação de que trata esta lei, será feita, após decorrido um ano de sua conclusão.

**Art. 6º** - Para dar cumprimento às imposições desta Lei, aos responsáveis pela execução das obras e serviços, serão concedidos os seguintes prazos:

I - 60 (sessenta) dias contados da data da notificação, para construção de muros e calçadas;

II - 10 (dez) dias contados a partir da notificação, para a captação/capinação e limpeza.

**Art. 7º** - Decorrido o prazo estabelecido na notificação e constatado que o responsável deixou de sanar a irregularidade, fica o mesmo sujeito à multa, a ser reaplicada, a cada período sucessivo, de 15 (quinze) dias, enquanto perdurar a irregularidade.

§ 1º - A fiscalização será exercida primordialmente pela Secretaria Municipal de Fazenda, sem prejuízo das demais secretarias municipais quando a verificação se compatibilizar com suas atividades principais.

§ 2º - A requerimento do interessado o prazo para execução das obras e serviços poderá ser prorrogado, mediante laudo avaliatório da Secretaria Municipal de Planejamento, Obras e Serviços ou outra secretaria com habilitação na área a ser analisada.

**Art. 8º** - Fica delegado a qualquer munícipe, desde que maior de idade e se identifique, poder para, investimento em função fiscalizadora, dar conhecimento à Prefeitura de irregularidade praticada por terceiro no que se refere à indevida colocação de lixo ou quaisquer outros resíduos em terrenos localizados em áreas urbanas ou áreas públicas, visando a constatação do fato e identificação do infrator por parte da Secretaria Municipal de Fazenda ou outra secretaria designada, para efeito de aplicação da multa prevista no artigo 14, desta Lei.

## **CAPÍTULO II**

### **SEÇÃO I**

### **DA CONSTRUÇÃO E CONSERVAÇÃO DAS CALÇADAS**

**Art. 9º** - Os passeios deverão obedecer aos desenhos e materiais indicados em Regulamento.

**Art. 10** - Na construção, os passeios deverão satisfazer aos seguintes requisitos:

I - ser longitudinalmente paralelos ao "grade" do logradouro público;

II - ter transversalmente uma declividade máxima de 3% (três por cento) do alinhamento para a guia;

III - rebaixamento de guias de ambos os lados, concordando o meio-fio com a calçada e o leito carroçável através de rampa com angulação máxima de 12º Graus, de forma a permitir o movimento de cadeira de rodas e sem criar ressalto em relação à continuidade da calçada.

§ 1º - Em caso de acidentes topográficos poderá ser permitida declividade superior fixada no inciso II deste artigo, desde que sejam adotadas medidas que evitem escorregamentos, mediante parecer técnico do órgão competente da Prefeitura.

§ 2º - Durante as construções ou assemelhado os responsáveis não poderão depositar nas vias públicas ou passeios públicos materiais de construção ou quaisquer outros objetos que obstruam o tráfego de pessoas ou veículos, sob pena de multa conforme artigo 14 desta Lei.

**Art. 11** - Quando forem alterados o nível ou a largura de passeios, em virtude de serviços de pavimentação, competirá aos proprietários a recomposição dos passeios, de acordo com a nova posição das guias.

Parágrafo único - Nos casos em que os passeios tenham sido construídos pelos proprietários, há menos de 2 (dois) anos, a recomposição destes passeios competirá à Prefeitura.

**Art. 12** - As rampas dos passeios, destinados à entrada e saída de veículos, somente poderão ser construídas, mediante licença do órgão competente da Prefeitura, observados os seguintes requisitos:

I - não utilizem mais de 0,60 metros (sessenta centímetros) de largura do passeio;

II - não utilizarem extensão maior que 3,50 metros (três metros e cinquenta centímetros), da guia.

III - ser esclarecida, no pedido de licença, a posição de árvores, postes e outros dispositivos porventura existentes no passeio no trecho em que a rampa tiver de ser executada.

**Art. 13** - É vedada a colocação de degraus fora do alinhamento dos imóveis.

### **CAPÍTULO III SEÇÃO I DA MULTA**

**Art. 14** - Na aplicação da multa tratada nas seções anteriores, serão atribuídos, para cada item infringido, os seguintes valores:

I - 10 (dez) UFESP - terrenos sem limpeza e captação;

II - 10 (dez) UFESP - imóvel sem muro;

III - 10 (dez) UFESP - imóvel sem calçada.

Parágrafo único - Na aplicação subsequente à multa inicial mínima, o seu valor será considerado em dobro.

**Art. 15** - Os débitos decorrentes de multas aplicadas pela inobservância das imposições do presente Capítulo, poderão ser cancelados, quando os responsáveis pela execução das obras e serviços deixarem de fazê-lo, por absoluta incapacidade econômica-financeira.

Parágrafo único - O cancelamento de que trata o presente artigo será feito mediante despacho do Executivo, em requerimento do interessado, após ouvido a Secretaria Municipal da Ação Social.

**Art. 16** - Exigido o interesse público, que a administração municipal, suprindo a omissão do particular realize as obras e serviços previstos nesta Lei, ficarão os responsáveis pelos imóveis beneficiados, independentemente do pagamento das multas aplicadas, sujeitos ao ressarcimento do custo dos mesmos, corrigidos monetariamente.

**Art. 17** - À realização das obras ou serviços previstos no artigo anterior serão atribuídos, para cada item, os seguintes valores:

I - 1,68 (um inteiro e sessenta e oito décimos) UFESP – por metro quadrado de construção ou reforma de passeios públicos;

II – 0,50 (cinquenta décimos) UFESP – por metro linear de mureta;

III - 0,03 (três décimos) UFESP – por metro quadrado de roçada ou capina.

**Art. 18** - Esta Lei será objeto de regulamentação através de Decreto, no prazo de 30 (trinta) dias.

**Art. 19** - Esta Lei entrará em vigor na data de sua Publicação.

**Art. 20** - Revogam-se as disposições em contrário, especialmente a Lei Municipal nº 96/94, de 29 de março de 1.994, porém mantidos os efeitos dos atos já praticados sob a égide da legislação anterior.

Paço Municipal “Waldemar Schwarz”, em 28 de Janeiro de 2015, 25º. Ano da Emancipação Política e 23º. Ano da Instalação.

**Jairo da Costa e Silva  
PREFEITO MUNICIPAL**

## JUSTIFICATIVA

Senhor Presidente:  
Nobres Edis:

Venho à presença de Vossa Excelência e Eminentes Pares, para solicitar-lhe as providências necessárias no sentido de fazer realizar uma Sessão Extraordinária visando à apreciação do incluso **PROJETO DE LEI Nº. 005/2015, DE 28 DE JANEIRO DE 2015**, cuja ementa é a seguinte: **“DISPÕE SOBRE A CONSTRUÇÃO DE MUROS, CALÇADAS E LIMPEZA DOS IMÓVEIS SITUADOS EM ZONA URBANA DO MUNICÍPIO DE TARUMÃ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”**, que ora submetemos a apreciação desta Egrégia Casa de Leis.

A presente propositura visa proporcionar adequação e evolução ao antigo conteúdo da Lei Municipal nº 96/94.

A questão em discussão se torna extremamente necessária, ao fato de ainda constar como unidade de referência para os valores das multas, a UFIR, unidade monetária não mais vigente no País.

Desta feita, em sendo necessário sua adequação e ainda atualizar os valores das multas, pois defasados, e adequá-los a uma nova unidade de correção de valor atualmente vigente no âmbito de nosso Estado - a UFESP -, que é corrigida monetariamente a cada ano.

Ademais, o Município de Tarumã ainda passa por momento delicado em relação ao combate da dengue, pois inúmeros casos existentes, e medidas são necessárias, como as da Lei Municipal 1145/15, de 23 de Janeiro de 2015, de autoria dos Vereadores dessa Casa de Leis.

Contudo, sob o aspecto geral, a Lei Municipal nº 96/94 precisava de outras alterações estruturais, de forma que a solução mais adequada ao caso será sua substituição pela presente proposição, que já contempla as atualizações de valores e também outras normatizações relevantes para o caso da manutenção da limpeza e organização dos terrenos situados na zona urbana do município.

Portanto, Nobres Vereadores visando adequar a relevante questão, e mormente com vistas a auxiliar no combate a dengue, as alterações são relevantes para o momento atual.

Nesse diapasão, o Projeto de Lei em comento com as devidas alterações proporcionará maior segurança nas ações futuras as serem tomadas pela Administração pública Municipal, e conseqüentemente resultados mais favoráveis ao combate a dengue.

Ante ao exposto no Projeto de Lei em questão, certamente os Senhores Vereadores darão a atenção necessária a aprovação deste importante Projeto, por ser medida da mais lúdima e cristalina justiça.

Atenciosamente.

**Jairo da Costa e Silva**  
**PREFEITO MUNICIPAL**

À Sua Excelência, o Senhor:  
**RONALDO LEITE NOGUEIRA SEPULVEDA**  
**DD. Presidente da Câmara Municipal**  
**TARUMÃ – SP.**